

DESIGUALDADES INTRA-REGIONAL NA ZONA DA MATA MINEIRA: PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAIS DIFERENCIADAS

Patrício Aureliano Silva CARNEIRO¹

Resumo

A expansão do modo de produção capitalista na Zona da Mata, ao imprimir um intenso processo de divisão socioterritorial intra-regional do trabalho, moldou um desenvolvimento geográfico desigual, materializado em duas formações territoriais distintas. A parte Centro-Sul, composta pelas microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá, em função da drenagem do capital gerado no âmbito regional e dos excedentes monetários cafeeiros acumulados pela elite agrária-empresarial, atualmente exhibe alta diversificação urbano-industrial, com a economia pautada nos setores secundário e terciário. Em contrapartida, a parte Centro-Norte da região, representada pelas microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, não experimentou tal processo de diversificação e apresenta economia assentada numa base agrária, altas taxas de população rural, de pobres e de analfabetos. Enquanto o espaço regional sinalizar esta incorporação desigual, a dependência e o avanço econômicos continuarão sustentando e alargando o desenvolvimento geográfico intra-regional desigual na Zona da Mata.

Palavras-Chave: Zona da Mata Mineira; Formação e Organização Regional; Desenvolvimento Geográfico Intra-Regional Desigual.

Abstract

Intra-Regional Inequalities in *Zona Da Mata Mineira*: Differentiated Socio-Spatial Production and Organization

The expansion in the way of capitalist production in Zona da Mata Mineira, through an intense process of intra-regional socioterritorial division of the work, formed an unequal geographical development, materialized in two different territorial formations. The Center-South – composed by the micro regions of Juiz de Fora, Cataguases and Ubá – it drained the capital produced in the regional circuit and nowadays it exhibits an economy based on the secondary and tertiary sections, that is result from the surpluses monetary of the coffee accumulated by the agrarian-managerial elite and by the public investments which made possible the urban-industrial diversification. In other hand, the Center-North - represented by the micro regions of Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu and Muriaé – has not experimented with the diversification process, as the Center-South did, and nowadays it exhibits an economy based on an agrarian base, and of rural population, of poor and illiterate people's high rates. While the regional geographical space indicates this unequal incorporation, the economic dependence will continue sustaining and enlarging the unequal intra-regional geographical development.

Key words: Zona da Mata Mineira, Formation and Regional Organization, Unequal Intra-regional Geographical Development.

¹ Professor Substituto do Curso de Geografia, Departamento de Artes e Humanidades, da Universidade Federal de Viçosa. Endereço: Avenida PH. Rolfs, s/n, CEP: 36571-000, Campus Universitário, Viçosa (MG). E-mail: patriciocarneiro@yahoo.com.br

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana [...]. Uma preocupação com o entendimento das diferenciações regionais e com o novo dinamismo das suas relações tem norteado particularmente a busca de uma interpretação geográfica da sociedade brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.20-22).

A crescente instrumentalização do território, usado a partir dos seus acréscimos de ciência e técnica, tem agravado as desigualdades que se revelam por meio do uso do território. Santos (1996, p.197) destaca que o espaço geográfico é fruto de uma “acumulação desigual dos tempos”. Sua incorporação seletiva pelo capital imprime a “diferenciação dos lugares”.

A distinção do espaço, na concepção de Smith (1988), assume muitas formas, visíveis nos diversos níveis de desenvolvimento socioespacial dos países, regiões e lugares, produtos sistemáticos da incorporação capitalista e a premissa fundamental do seu futuro. Para este autor, o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital se tornando, cada vez mais, uma necessidade central para o mesmo.

O avanço do capitalismo é, inevitavelmente, desigual na percepção de Harvey (1990). Afirma este autor que:

[..] El desarrollo de la economía espacial del capitalismo se ve asediada por tendencias contradictorias. Por un lado hay que derribar las barreras espaciales y las distinciones regionales, y por otro los medios para lograr esto provocan nuevas diferenciaciones geográficas, que forma nuevas barreras espaciales que hay que superar (HARVEY, 1990, p.420).

Soja (1993, p.130) ressalta que a sobrevivência do capitalismo sempre dependeu da diferenciação do espaço, por meio de uma justaposição e de uma combinação constante do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Para este autor, o capitalismo “pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual” sendo, portanto, necessárias, as desigualdades.

A heterogeneidade da economia capitalista seria o resultado das próprias leis do “movimento desigual e conjunto do capital” para Mandel (1987, p.85). Enfatiza este autor que a lei do desenvolvimento desigual consiste numa lei universal da história humana, na qual o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são produzidos pela acumulação do capital.

A diferenciação geográfica deve ser entendida como uma necessidade central para a (re) produção do capital, pois a medida que o processo de acumulação se intensifica, o desenvolvimento desigual se torna mais agressivo. O aprofundamento crescente da divisão social do trabalho, no processo de territorialização do capital, revela um dos momentos sobre o qual se amplia a geração contínua das desigualdades.

No Brasil, o desenvolvimento geográfico desigual pode ser notado na apropriação diferenciada da renda. Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2001) ressaltaram que, em 2000, a renda média apropriada pelos 10% mais ricos era 28 vezes maior que a renda média apropriada pelos 40% mais pobres, ao passo que na Costa Rica esse valor era 13 vezes e na Argentina 10. Enquanto os 10% mais ricos monopólicavam 48% da renda total, os 10% mais pobres sobreviviam com apenas 0,8%.

O estado de Minas Gerais também exhibe um desenvolvimento interno bastante seletivo, podendo ser observado na participação diferenciada das suas regiões no Produto Interno Bruto (PIB) estadual onde coexistem, dialeticamente, regiões com altos índices de industrialização, de renda, de analfabetismo e de pobreza. Enquanto mesorregiões como a Metropolitana de Belo Horizonte e o Sul/Sudoeste de Minas, detentoras dos maiores indicadores de industrialização e de renda, responderam por mais da metade do PIB estadual em 2000, as mesorregiões Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas, representantes dos piores indicadores de renda, escolaridade, saúde e outros, participaram com apenas 7% (FJP, 2003).

Este desenvolvimento geográfico diferenciado também se (re) produz no contexto intra-regional da Zona da Mata, uma das doze mesorregiões componentes de Minas Gerais e objeto de estudo deste trabalho. Nesta região, o (sub) desenvolvimento capitalista, ao se expandir de forma geograficamente desigual, historicamente, tem reforçado a disparidade intra-regional, em virtude da produção de formações socioespaciais distintas², e demonstrado que a (re) produção das desigualdades, além de ser uma característica dos espaços inter-regionais, igualmente está presente nos espaços intra-regionais.

AVANÇO E OCUPAÇÃO PRÉ-CAPITALISTA DA ZONA DA MATA: A INCORPORAÇÃO – SÉCULOS XVIII E XIX

A Zona da Mata se localiza na porção Sudeste do Estado de Minas Gerais. Atualmente é formada pelas microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá, componentes da parte Centro-Sul da região, e Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, integrantes da parte Centro-Norte, as quais congregam 142 municípios. A figura 1 apresenta os limites geográficos microrregionais e municipais na Zona da Mata.

Valverde (1958) destacou que a densa cobertura florestal, em suas condições originais, deu origem ao nome *Zona da Mata*. Também conhecida como Mata do Leste, antes da ocupação do café, esta parte de Minas Gerais se constituía numa verdadeira barreira, em função de razões naturais e políticas.

A densa cobertura florestal da região é descrita pelo diário da jornada feita pelo ouvidor Caetano de Costa Matoso, do Rio de Janeiro até Ouro Preto, entre 27 de janeiro e 7 de fevereiro de 1749. Seguindo o Caminho Novo, construído por Garcia Rodrigues Paes, no sexto dia de viagem, já em província mineira, diz o viajante:

[...] vim continuando todo este caminho sempre entre matos, como até aqui, sempre subindo e descendo mais e menos, com pouca ou nenhuma diferença, e sempre com cada vez piores caminhos passei [...] (COSTA MATOSO, 1999, p.889).

No dia 5 de fevereiro de 1749 o viajante chega à aldeia de Mantiqueira, na Serra da Mantiqueira. Pela primeira vez, ao ver a terra descoberta de mato e uma vegetação rasteira, diz sentir-se desabafado, pois:

[...] [Havia deixado] aquele afogado e melancólico caminho que dez dias não via outra coisa senão o mato e as árvores imediatas a mim. Assim, neste maior desafogo, cheguei pelo meio-dia a Borda do Campo [Barbacena]. Chama-se Borda do Campo, por nele se acabar o caminho do mato (COSTA MATOSO, 1999, p.897).

² A categoria de "formação socioespacial" pode ser encontrada, originalmente, em Santos (1977).

Figura 1 - Divisão Microrregional e Municipal da Zona da Mata Mineira



Fonte: GEOMINAS (1996)

Além das adversidades naturais, desde os primeiros momentos da mineração aurífera, especialmente após a Guerra dos Emboabas (1709), a entrada ou saída na região do ouro e em suas áreas vizinhas (onde se localiza a Zona da Mata) começou a ser controlada. Segundo Valverde (1958), ninguém entrava ou saía sem a permissão das autoridades reais. Vasconcelos (1974) destacou que o declínio da mineração e a queda do governo Português impulsionaram a marcha para ocupar o Leste, ou mais precisamente, a região da Zona da Mata.

A solução estrutural encontrada por muitos no interior de um sistema agrário que demandava matos virgens e capoeiras, ao lado das terras lavradas, foi a ocupação de terras devolutas em áreas de fronteira. O avanço da fronteira agrícola e do escravismo sobre a Zona da Mata pode ser exemplificado com a petição de José de Queiroz Monteiro, que no requerimento da sua carta de sesmaria de 1741 afirmava ser:

[...] proprietário de cento e oitenta escravos e uma roça que comprara nos ambientes do Carmo que fora de Antônio de Barcelos, e umas posses [que comprara] de Manuel da Fonseca Lopes sitas no Inficionado, detrás do rio Turvo na paragem chamada Turvo Pequeno; contudo lhe não chegavam as ditas terras para ocupar tanta escravatura e porque para adiante da roça e posses se achava sertão ainda inabitável cheio de gentio e feras [...] queria nele haver por sesmaria [...] (CARRARA, 1999a, p.15).

Como em outras partes do país, na Zona da Mata as concessões de sesmarias foram instrumentos de legitimação da propriedade capitalista da terra. Estas concessões acarretavam conflitos e o que garantia a estabilidade da posse da terra era a falta de proibição de outrem. Em 1741, o capitão José Tavares, que dizia ser proprietário de cinquenta escravos, justificava na petição de sua carta que:

[...] comprara uma roça nas matas virgens do Sumidouro a um Manuel Nunes, na qual tinha casas de vivenda e senzalas, árvores de espinho, criação de toda a casta e tinha plantado e colhido três plantas, e estando de posse por si e seu antecessor havia mais de seis ou sete anos [...] e porque sobre o mesmo sítio e outros muitos que existiam na mesma mata corria litígio com um Matias de Castro Porto sobre querer-lhe pertencessem [as mesmas terras] [...] Queria o suplicante além da sentença da relação a seu favor assegurar a sua posse por sesmaria [...] (CARRARA, 1999a, p.16).

Carrara (1999b) defende que a primeira porção da Zona da Mata a ser ocupada, ainda em meados do século XVIII, foi a parte Norte, atualmente compreendida por alguns municípios das microrregiões de Viçosa e Ponte Nova.

Naquele momento, o principal obstáculo para ocupar o Leste do estado não era mais a mata, que na verdade se constituía em bem de riqueza, mas o indígena. José (1965) enfatiza que os Purís da Zona da Mata, de origem Goitacá, e os Botocudos, supostamente antropófagos, ocupavam, entre outras, as vastas áreas dos atuais municípios de Viçosa, Coimbra, Ervália, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Guarani, Guidoal, Astolfo Dutra, Dona Euzébia, Cataguases, Mirai, Muriaé, Patrocínio do Muriaé e Leopoldina. Em 1750, a esposa de Antônio Gonçalves Pedroso fora morta pelo "gentio". O viúvo, também ferido pelas flechas, resolveu então mudar:

[...] seu sítio e deixá-lo deserto por estar este sítio na paragem donde costuma sair o gentio e tem feito várias mortes e insultos. [Cinco anos mais tarde, eram os] excessos cometidos contra os índios residentes nas vizinhanças de Guarapiranga que eram denunciados ao rei (CARRARA, 1999b, p.14 -15).

O avanço e a ocupação da parte Norte da Zona da Mata se deu por razões óbvias, em virtude da maior proximidade desta parte da região em relação às sedes das freguesias mais orientais do termo de Mariana: Furquim e Barra Longa.

Carrara (1999b) destaca que a porção Central da Zona da Mata, compreendida basicamente pelo vale do rio Pomba e, atualmente, por alguns municípios das microrregiões de Ubá e Cataguases, também seguiu o movimento da parte Norte e tinha como característica principal o fato de abrigar a maior concentração da população indígena. Defende o autor que a convivência com os nativos promoveu a introdução de um processo de produção baseado no pequeno e no médio estabelecimento agrícola nesta parte da Zona da Mata.

Em relação ao Sul da região, especificamente a microrregião de Juiz de Fora, seu processo de ocupação efetivo só se iniciou a partir de 1817. Oliveira (1999) ressalta que proprietários de lavras na região das minas migraram para o vale do rio Paraíba do Sul, introduzindo a cafeicultura baseada no sistema de produção escravista e no grande estabelecimento rural.

O CAFÉ E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA ZONA DA MATA: A CONSOLIDAÇÃO DA INCORPORAÇÃO – SÉCULOS XIX E XX

No período entre 1674 e 1807, dois modos de produção distintos se organizaram na Capitania de Minas Gerais de acordo com Carrara (1997). Segundo o autor, o primeiro era o escravista e abrangia o setor da mineração, da agricultura e da pecuária para o abastecimento dos núcleos urbanos. O segundo era o camponês e estava voltado para o consumo familiar por meio da agricultura e da pecuária.

Carrara (1993) apontou que no início do século XIX, o modo de produção camponês era a principal característica da parte Centro-Norte da Zona da Mata. O autor ressaltou que a Freguesia de Guarapiranga, atualmente compreendida por 10 municípios desta parte da região, tinha como atividade principal a produção de alimentos para subsistência. Lewkowicz (1987, p.65) também apontou “[...] a comunidade de Guarapiranga [...] vivendo de suas roças de milho e bananais” no ano de 1800.

A produção da diferenciação intra-regional da Zona da Mata tem início a partir do final do século XVIII e início do XIX, momento de origem e de formação da cafeicultura da região. Segundo Oliveira (1999), a atividade cafeeira, baseada no modo de produção escravista, foi introduzida na parte Sul da Zona da Mata através dos movimentos migratórios das elites. Estes movimentos, oriundos da área da mineração em crise, serviram de base ao financiamento da cafeicultura e criaram um novo núcleo exportador cafeeiro, com sede em Juiz de Fora. Taunay (1939) destaca que foi somente a partir de 1850 que a produção cafeeira, voltada para a exportação, avançou rumo à fronteira agrícola do Oeste e Norte da região.

A tabela 1 mostra o grande crescimento vertical da produção de café na Zona da Mata entre 1839 e 1900, enquanto a tabela 2 apresenta o aumento da curva populacional no período de 1822 a 1920. Em aproximadamente 100 anos, a população da Zona da Mata aumentou 42 vezes. Este crescimento expressivo esteve fortemente relacionado à ampliação da produção cafeeira que, em aproximadamente 60 anos, ficou 428 vezes maior.

Tabela 1 - Produção de Café na Zona da Mata - 1839 a 1900

Ano	Total da Produção ¹	Crescimento (%)
1839	3.652	100
1860	10.334	283
1880	80.369	778
1900	1.562.943	1.945

Fonte: Pedrosa (1962). ¹ Valor em Toneladas.

Tabela 2 - Evolução Populacional da Zona da Mata - 1822 a 1920

Ano	Total de Habitantes ²
1822	20.000
1872	250.000
1890	430.000
1920	840.000

Fonte: Pedrosa (1962). ² Valor aproximado

Pedrosa (1962) apontou que a cafeicultura foi fundamental no povoamento da região, provocando o surgimento das fazendas, o aparecimento de capelas, povoados, vilas e cidades. Ao longo do século XIX, a parte Centro-Sul da Zona da Mata, representada pelo atual município de Juiz de Fora, concentrou as receitas geradas pela cafeicultura. Carrara (1997) afirmou que, neste período, os movimentos de importação de mercadorias e de comercialização da produção agrária estavam voltados, em sua maior parte, para o modo de produção escravista, cabendo ao modo de produção camponês, que se localizava na parte Centro-Norte da região, apenas produzir para a sua subsistência.

Apesar da revigoração do modo de produção escravista pela expansão da cafeicultura, os dois modos de produção continuaram se territorializando na mesma lógica de funcionamento e circunscritos pelos limites geográficos anteriores. Porém, algo de novo, em relação ao século anterior, começava a se reproduzir no início do século XIX na Zona da Mata, corroendo as suas antigas estruturas de produção e lançando as bases da diferenciação intra-regional.

O primeiro fator, o mais importante, foi o avanço do modo de produção capitalista sobre o Centro-Sul da região, a partir do princípio do século XIX. A posição de entreposto comercial desta parte da Zona da Mata e a emergência de uma estrutura financeira lançaram as bases da acumulação do capital gerado no âmbito regional. Pires (1993) afirmou que esta acumulação se materializou no seu núcleo mais importante, sediado em Juiz de Fora, por meio do crescimento dos seus setores urbano-

industriais. Segundo Dias (1971), em pleno século XIX, surgiu em Minas Gerais, nesta parte da Zona da Mata, o primeiro parque industrial de proporções consideráveis.

O segundo fator diz respeito às terras nas áreas de fronteira, principal recurso para a reprodução das estruturas familiares. No final do século XIX, na parte Centro-Norte da Zona da Mata, o fechamento da fronteira atuou como entrave principal à expansão do modo de produção camponês, contribuindo para a inserção destes agricultores em sistemas de trabalho como arrendamentos e parcerias ou para a formação de um proletariado rural.

Lima (1981) destacou que no final do século XIX, a incorporação da Zona da Mata já havia produzido a distinção de duas áreas: uma representada pelo Sul, que sustentou a produção regional de café até por volta de 1870, e a outra pelo Norte, de ocupação mais antiga que também foi atingida pelo deslocamento do eixo produtivo cafeeiro, porém em meados do século XIX. Souza (1951), ao estudar o Censo de 1940, também identificou duas áreas distintas na Zona da Mata: a parte Sul, representada por municípios em torno de Juiz de Fora, onde prevaleciam grandes estabelecimentos e uma população rural rarefeita, e a parte Norte, compreendida pelos municípios em torno de Viçosa, Ponte Nova e Muriaé, onde os estabelecimentos eram mais divididos e a densidade rural mais acentuada.

Pode-se depreender que os padrões internos diferenciados das atividades econômicas e dos modos de produção foram os responsáveis pela formação socioespacial intra-regional desigual. A atual disparidade no conteúdo intra-regional da Zona da Mata, observada na coexistência de áreas ricas (microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá) e pobres (microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé), pode ser entendida como fruto de uma incorporação desigual do espaço regional, a qual produziu uma diversificação interna no uso do território.

A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTRA-REGIONAL DESIGUAL E OS USOS PRODUTIVOS DIFERENCIADOS DO TERRITÓRIO NA ZONA DA MATA – SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

A cidade de Juiz de Fora foi o centro dinâmico da economia mineira da segunda metade do século XIX até por volta de 1930. O capital acumulado no setor agroexportador cafeeiro possibilitou que a industrialização em Minas Gerais se desenvolvesse, pioneiramente, em Juiz de Fora a partir das duas últimas décadas do século XIX.

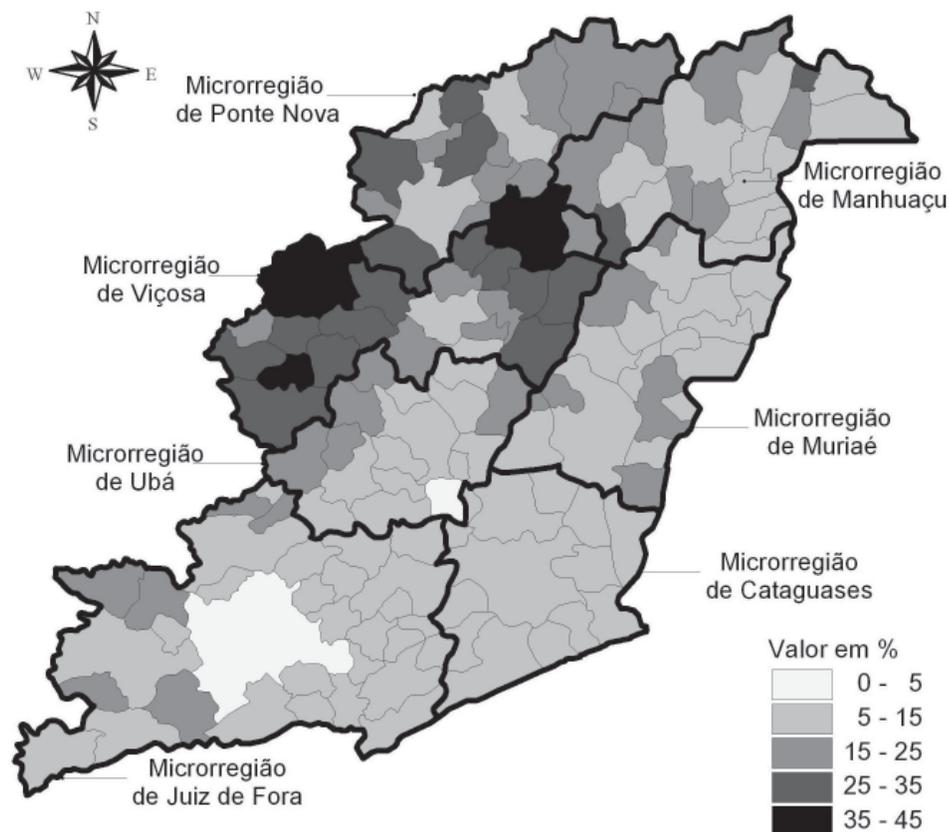
Paula (2002) destacou que o principal fator responsável pela industrialização de Juiz de Fora foi a transformação da cidade em centro armazenador da produção cafeeira da região, a partir de 1860, graças à expansão das vias de transporte, entre elas, a rodovia União e Indústria que unia Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG) e as estradas de Ferro Pedro II (antiga estrada de Ferro Central do Brasil e atual Centro Atlântica) e Leopoldina, construídas em função do escoamento do café.

A partir dos anos de 1930, as dificuldades no segmento têxtil e em outras indústrias na região, a mudança da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, a migração da fronteira agrícola para o Oeste do país, a concentração industrial em São Paulo, a concorrência de Belo Horizonte e de suas cidades satélites por investimentos novos em Minas Gerais (CANO, 1977), a crise do padrão de acumulação vinculado à dinâmica do setor agroexportador cafeeiro (ALVES, 1993) e a falta de políticas agrícolas voltadas para a preponderante produção familiar da Zona da Mata (CARNEIRO; FONTES, 2005) foram fatores que afetaram o seu desenvolvimento intra-regional.

Se até por volta do início do século XX, a Zona da Mata foi a região mais próspera da província de Minas Gerais, conforme apontou Blasenhein (1982), atualmente, apesar de manter a posição entre as regiões mais ricas do estado, Fontes, Carneiro e Santolin (2005) destacam que a Zona da Mata tem exibido acentuados contrastes internos, com perda de importância econômica acompanhada da estagnação de indicadores sociais.

A figura 2 apresenta o percentual de pessoas com renda mensal *per capita* abaixo de R\$ 37,50 nos municípios da Zona da Mata em 2000. Os indivíduos com rendimentos inferiores a este valor são caracterizados como indigentes, pois estão enquadrados na "linha de indigência", caracterizada pelos portadores de rendimentos inferiores a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Enfatiza-se que, em 2000, o salário mínimo vigente era da ordem de R\$ 151,00.

Figura 2 - Porcentagem de Pessoas com Renda Mensal *Per Capita* Inferior a R\$ 37,50 nos Municípios da Zona da Mata em 2000



20 0 20 40 Kilometers

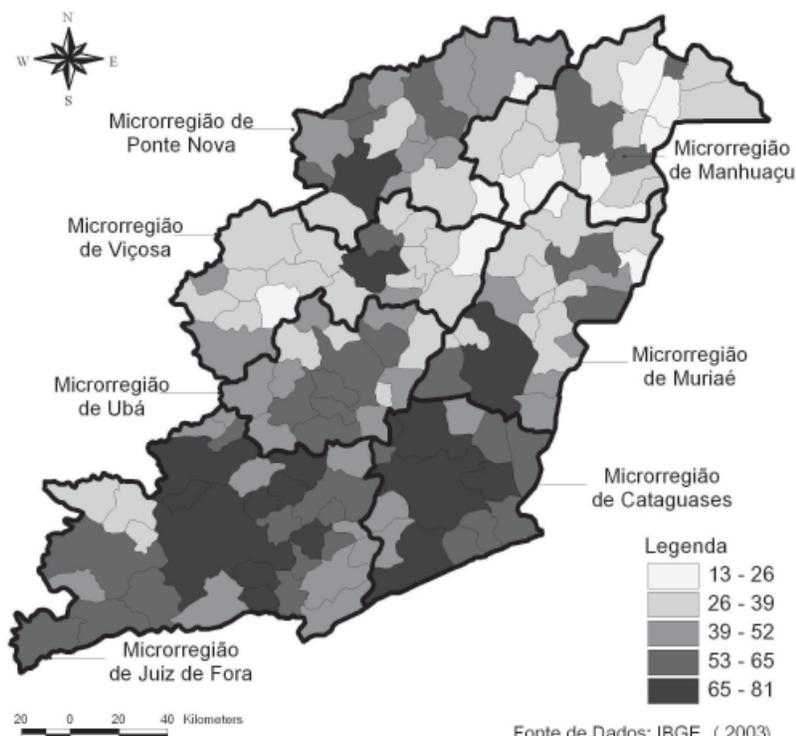
Fonte de Dados: PNUD, IPEA e FJP (2003)

Nota-se que a concentração da indigência é muito alta nos municípios da parte Centro-Norte da Zona da Mata, especialmente naqueles das microrregiões de Viçosa e Ponte Nova, não obstante esta condição também se manifestar em alguns municípios da parte Centro-Sul. Segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do PNUD, IPEA e FJP (2003), enquanto os municípios da parte Centro-Sul da Zona da Mata exibiram, em 2000, um percentual de 7,4% da população com renda mensal *per capita* abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, equivalente a 82.736 pessoas, os municípios da parte Centro-Norte da região apresentaram 16,1% da população, num total de 148.253 pessoas com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 37,50.

A parte Centro-Sul atualmente é a mais desenvolvida, possuindo uma maior diversificação econômica e altos índices de urbanização da população. A economia exibe características, predominantemente, apoiadas nos setores secundário e terciário. A cidade de Juiz de Fora é o principal núcleo urbano polarizador da região, contando com ampla e diversificada infra-estrutura sócio-econômica e com padrão de dinamismo diferenciado. Também nesta parte da Zona da Mata, merece destaque o município de Ubá que juntamente com outros municípios vizinhos são considerados o quarto pólo moveleiro do Brasil.

A expressividade da parte Centro-Sul da Zona da Mata em atividades, sobretudo urbanas, está representada na figura 3 que ressalta a porcentagem da população, acima de 10 anos, ocupada no setor terciário da economia nos municípios da Zona da Mata em 2000.

Figura 3 - Porcentagem das Pessoas, acima de 10 anos, Ocupadas no Setor Terciário nos Municípios da Zona da Mata em 2000



Enquanto a maioria dos municípios do Centro-Sul exibiu entre 53 e 81% da população ocupada em atividades do setor terciário, grande parte dos municípios do Centro-Norte não apresentou mais que 39% da população ocupada no referido setor.

A acentuada diversificação econômica-industrial dos municípios do Centro-Sul também pode ser notada na grande representatividade da população ocupada no setor secundário que recai, principalmente, sobre alguns municípios das microrregiões de Ubá e Juiz de Fora.

Na microrregião de Ubá, a importância se deve ao pólo moveleiro, formado pelos municípios de Ubá, Guidoal, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Visconde do Rio Branco. Segundo o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá - Intersind (2005), predominam nestes municípios cerca de 370 empresas de pequeno e médio porte, chegando a comercializar móveis de madeira, aço, tubulares e estofados no Brasil e, recentemente, no exterior (Oriente Médio).

Em relação aos municípios que integram a microrregião de Juiz de Fora, o setor secundário é composto por indústrias que se destacam no setor têxtil, de máquinas e equipamentos, na metalurgia, na montagem de veículos automotores, no setor siderúrgico, químico etc. Segundo dados da Prefeitura de Juiz de Fora, em 1999, havia na cidade 7.301 empresas cadastradas.

Com características sócio-econômicas muito diferenciadas da parte Centro-Sul da Zona da Mata, a grande maioria dos municípios das microrregiões integrantes da parte Centro-Norte, quais sejam, Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, apresenta população rural superior à urbana, onde se sobressaem as atividades econômicas da zona rural. A maior parte da população está ocupada, principalmente, em atividades do setor primário como agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, das quais sobressai a agricultura familiar. A baixa expressividade da atividade agrícola, limitada pela falta de políticas direcionadas aos pequenos produtores rurais, contribui para intensificar as precárias condições de vida da população.

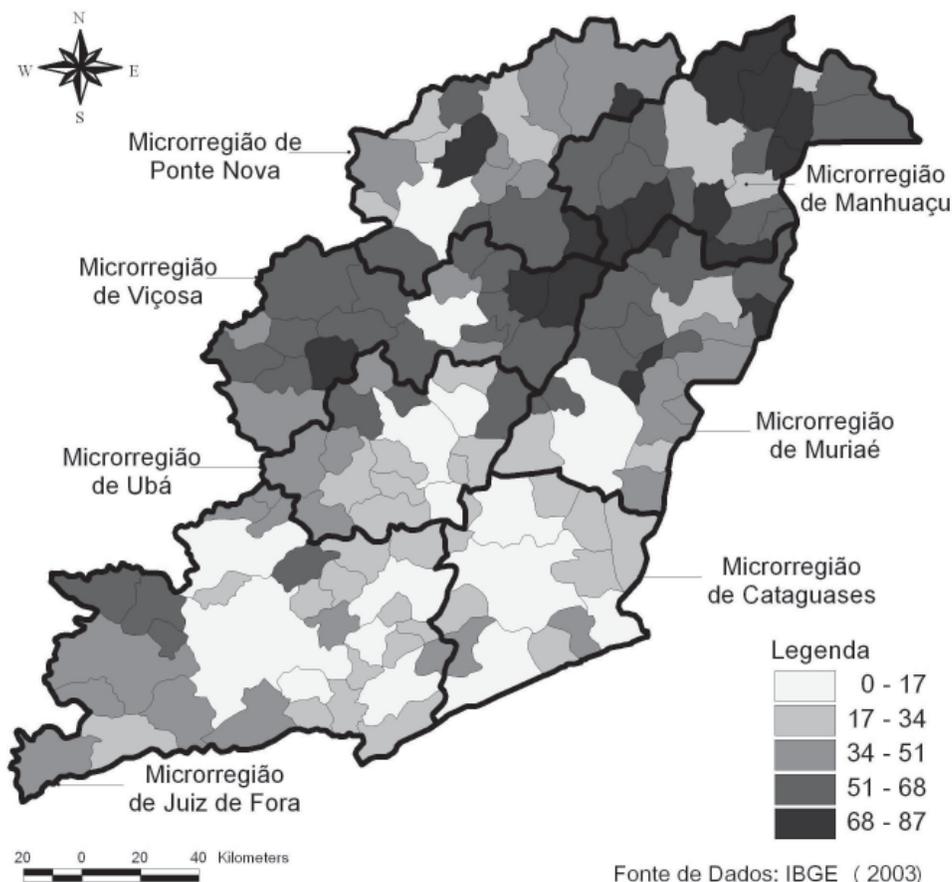
A distribuição espacial da população, acima de 10 anos, ocupada no setor primário da economia nos municípios da Zona da Mata em 2000 pode ser visualizada na figura 4.

Dos 78 municípios componentes das microrregiões da parte Centro-Norte, 50 possuem mais de 51% da população ocupada em atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca.

Os diferentes comportamentos espaciais observados na Zona da Mata, por meio da porcentagem da população empregada nos diversos setores da economia, são apenas um dos exemplos da diversidade intra-regional, que contribui para intensificar as desigualdades, em virtude da acentuada diferenciação de rendimentos obtidos na atividade agrária, de baixa expressividade, e na atividade urbano-industrial, altamente diversificada.

Nos municípios do Centro-Norte da região, o predomínio da agricultura de subsistência e a proximidade geográfica com a região das minas pode ter sido um dos fatores que também levaram à baixa diversificação urbano-industrial desta parte da Zona da Mata. Caso contrário ocorreu com os municípios do Centro-Sul, inseridos num movimento de articulação voltado, prioritariamente, para o mercado externo. Os excedentes monetários, acumulados pela elite agroexportadora cafeeira, incentivaram o crescimento dos setores urbanos que segundo Pires (1993), se efetivou no seu núcleo produtivo mais importante, ou seja, em Juiz de Fora.

Figura 4 - Porcentagem das Pessoas, acima de 10 anos, Ocupadas no Setor Primário nos Municípios da Zona da Mata em 2000



A particularidade socioespacial do século XIX na Zona da Mata foi a consolidação do projeto de incorporação capitalista da região que teve como consequência, a concretização da distinção intra-regional. A intenção dos agentes, principalmente da elite agrária-empresarial, que produziram a parte Centro-Sul, atualmente com elevada diversificação econômica/industrial e voltada para a reprodução ampliada do capital, diferiu e, ao mesmo tempo, influenciou no intento dos agentes responsáveis pela formação territorial da parte Centro-Norte, principalmente a população inserida no modo de produção camponês. Isto corroborou para que a parte Centro-Norte se tornasse, além de periférica, útil ao capital, mesmo com sua baixa diversificação econômica, com o atraso econômico e com as precárias condições de vida da população.

A incorporação da parte Centro-Norte à matriz produtiva regional e estadual ou na divisão socioterritorial do trabalho ainda tem se dado, principalmente, por meio de segmentos produtivos ligados ao setor primário como agricultura, pecuária, silvicultu-

ra e exploração florestal, sem, no entanto, possuir expressividade em algum dos segmentos específicos.

Esta subordinação reforça a distinção intra-regional, bem como o atual e baixo nível de desenvolvimento desta parte da Zona da Mata, pois em contrapartida, o Centro-Sul, desde o processo de diversificação setorial, oriundo da acumulação de capital da atividade cafeeira, tem passado por uma transformação produtiva. O crescimento dos seus setores urbano-industrial, dentre os quais se destaca a indústria extrativa, de transformação, a construção civil, o comércio de mercadorias, o transporte, a armazenagem, a comunicação, a administração pública, a intermediação financeira etc, corresponde ao projeto de consolidação capitalista. Que se deu com a passagem do modo de produção escravista para o capitalista.

Esta forma geográfica desigual de inserção do espaço intra-regional, culminada nas duas formações socioespaciais diferenciadas na Zona da Mata, as partes Centro-Sul e Centro-Norte, fruto da produção, da organização, da transformação ou da (re) orientação seletiva da estrutura socioespacial do território, foi e ainda é um dos fatores responsáveis por cunhar e intensificar as desigualdades e o desenvolvimento interno localizado na Zona da Mata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades inter-regionais e intra-regionais devem ser interpretadas como resultado de uma ação combinada e contraditória das diversas práticas sócio-econômicas e políticas. Os agentes e seus interesses, ao incorporarem o espaço, dotando-o de novos elementos, mesmo que almejem uma homogeneidade dos lugares, intrinsecamente levam à construção de heterogeneidades, pois a seletividade espacial está no seio da própria (re) produção do capital.

O espaço geográfico, visto como reflexo das contradições da sociedade, seja a partir da divisão socioterritorial do trabalho, das diferentes classes sociais ou das relações de poder estabelecidas entre elas, é o *locus* onde as desigualdades estão impressas, como por exemplo, espaços dos ricos, da classe-média, dos pobres, dos indigentes, dos analfabetos etc. Contraditoriamente, este espaço apropriado, com suas inúmeras relações desiguais, revela os limites da (re) produção seletiva do capital, pois as distinções inter-regionais e intra-regionais, necessárias à acumulação capitalista, acabam criando os mais diversos tipos de barreiras espaciais que o capitalismo precisa superar para continuar se (re) produzindo.

Na Zona da Mata, a expansão do modo de produção capitalista, ao forjar um intenso processo de divisão socioterritorial do trabalho, produziu duas formações territoriais muito distintas no contexto intra-regional: a parte Centro-Norte, composta pelos municípios das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, e a parte Centro-Sul, representada pelos municípios das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá.

A partir de meados do século XIX, na parte Centro-Sul da Zona da Mata, a passagem de uma economia pré-capitalista para capitalista ou, mais precisamente, do modo de produção escravista para o capitalista, consolidou a incorporação da região ao inseri-la no eixo da acumulação cafeeira. E impulsionou, pioneiramente, a emergência de uma estrutura financeira, estimulando a drenagem do capital regional e o desenvolvimento geográfico diferenciado num contexto de distinção intra-regional.

Na parte Centro-Sul da região, a elite agrária-empresarial e suas atividades econômicas, voltadas num primeiro momento prioritariamente para o mercado externo, produziram uma acentuada diversificação econômica e industrial que atualmente está sinalizada na grande importância dos setores secundário e terciário da economia. Frutos dos excedentes monetários da economia cafeeira que também promoveu uma forte urbanização da população.

Nos municípios da parte Centro-Norte, a população, historicamente arraigada no modo de produção camponês, não experimentou tal processo de acumulação e de diversificação promovido pela atividade cafeeira. Atualmente, a economia desta parte da região continua pautada numa base agrária por meio do predomínio de atividades econômicas, de baixa expressividade, vinculadas ao setor primário. As altas taxas de população residente na zona rural, de analfabetos e de pobres são características marcantes.

Enquanto o espaço geográfico sinalizar uma apropriação desigual, ou seja, for usado para garantir a subordinação do trabalho ao capital, mesmo que o avanço e a incorporação capitalista continue ampliando o desenvolvimento geográfico desigual, os limites à (re) produção da espacialidade característica do capitalismo também serão intensificados.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. R. F. **Mata Mineira: Passado e Presente** – Dois casos de análise econômica. Viçosa, MG: Folha de Viçosa, 1993.

BLASENHEIN, P. L. **A regional history of the zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. 1982. 372 f. Tese (Ph.D. em História) - Stanford University, Stanford, 1982.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

CARNEIRO, P. A. S.; FONTES, M. P. F. Aspectos Geográficos e Agrícolas do Estado de Minas Gerais. In: FONTES, R.; FONTES, M. P. F. (Ed.). **Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa, MG: Folha de Viçosa, 2005. p. 151-222.

CARRARA, A. A. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)**. 1993. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. 1997. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Contribuições para a História Agrária de Minas Gerais**. Mariana: Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. (a)

_____. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (Séculos XVIII e XIX)**. Mariana: Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. (b)

COSTA MATOSO, C. **Coleção das notícias & vários papéis**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

DIAS, F. C. **A imagem de Minas**: ensaio de sociologia regional. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

FONTES, R.; CARNEIRO, P. A. S.; SANTOLIN, R. Inequality in Minas Gerais, Brazil: A Study Case on Zona da Mata Region. In: MEETING OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY, 1., Universitat de les Illes Balears, Palma de Majorca (Espanha), 2005. **Anais ...** Palma de Majorca: ECINEQ, 2005. 1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais**: 1985, 1990-2000. Belo Horizonte: FJP, 2003.

GEOMINAS. Geoprocessamento em Minas Gerais. **Divisão Político-Administrativa de Minas Gerais**: 853 municípios. Belo Horizonte: Prodemge, 1996. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2002.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: FCE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos de 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INTERSIND. Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá. **FEMUR 2004**. Ubá: Intersind, 2005. Disponível em: <<http://www.intersind.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

LEWKOWICZ, I. A fragilidade do Celibato. In: LIMA, L. L. G. (Org.). **Mulheres, adúlteros e Padres**: História e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 53-68.

LIMA, J. H. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MANDEL, E. **El capitalismo tardio**. México: Ediciones Era SA, 1987.

OLIVEIRA, M. R. **Negócios de Famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870. 1999. 265 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 21-47.

PAULA, R. Z. A. de. Indústria em Minas Gerais: Origem e Desenvolvimento. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002. 1 CD-ROM.

PEDROSA, M. X. de V. Zona silenciosa da historiografia mineira: A Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 9, p. 257-260, 1962.

PIRES, A. J. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura em Juiz de Fora em 1870/1929**. 1993. 247f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA e FJP, 2003.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. São Paulo: Record, 2003.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução [da 2ª ed. Inglesa]: Vera Ribeiro; Revisão Técnica: Berta Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, E. C. de. Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan./ mar.1951.

TAUNAY, A. E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v.3.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

VASCONCELOS, D. de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Recebido em janeiro de 2006

Aceito em fevereiro de 2006